

# A Comuna de Paris segundo Louise Michel

## Samanta Colhado Mendes\*

**Resumo:** O presente trabalho visa entender a Comuna de Paris de 1871, que em 2011 completa 140 anos, sob a perspectiva de seus próprios sujeitos históricos, ou seja, buscamos resgatar a memória desta experiência histórica através das memórias e relatos de seus próprios atores. Para tal, estudamos a anarquista Louise Michel, figura central desse texto, que lutou pela Comuna desde suas raízes, no ano de 1870 com a deflagração da guerra franco-prussiana, até a hecatombe final, em maio de 1871.

**Palavras-chave:** História Social; Louise Michel, anarquismo, Comuna de Paris.

Não podemos matar as idéias a tiros de canhão nem tão pouco algemá-las. O fim apressa-se tanto mais quanto o verdadeiro ideal surge, belo e poderoso, superior a todas as ficções que o precederam (MICHEL, 1971, p. 8).

Quando buscamos estudar e compreender mais a fundo a Comuna de Paris de 1871, que em 2011 completa 140 anos, logo percebemos que não há como explicá-la através de modelos explicativos sólidos ou de arcabouços teórico-metodológicos únicos. A Comuna contou com participantes das mais variadas correntes teórico-filosóficas, dentre as quais estavam blanquistas, republicanos, marxistas, anarquistas (proudhonianos e coletivistas), enfim... Isso nos é sabido através dos mais variados estudos e fontes da época. No entanto, a vida real e as experiências vividas por aqueles que vivenciaram e atuaram na Comuna de Paris só pode ser de alguma maneira compreendida por nós, historiadores e estudiosos, através de relatos dos seus próprios atores e não através de modelos interpretativos mais rígidos que a afirmam como vencedora ou como vencida. Ela foi obra de sujeitos – unidos apesar das inúmeras diferenças teóricas e de concepção a respeito da luta e ação – que se movimentaram e criaram um viver avesso e contestatório àquele que tentavam impor os governantes republicanos que derrubaram o Império de Luís Napoleão III, após sucessivas derrotas na guerra franco-prussiana de 1870 e de medidas socioeconômicas que desagradavam a população como um todo.

Entre estes sujeitos estava Louise Michel, certamente uma das participantes mais atuantes nesse contexto. Ela nos deixou inúmeros relatos escritos sobre os dias que antecederam a Comuna, seus dois meses de duração e sua derrocada final. Tais textos, dentre eles memórias, relatos e cartas, escritas principalmente para Victor Hugo, nos mostram sua visão dos acontecimentos, a visão de alguém que os vivenciou na sua integralidade, de alguém que lutou pelo desenvolvimento e pela vitória de uma nova forma de organização social, segundo ela, pautada na liberdade e na igualdade, assim como na auto-organização.

\* Texto publicado na Revista Espaço Acadêmico em março de 2011

Para Louise, o Império de Napoleão III já tinha seu fim decretado silenciosamente e, por isso, matava opositores, dentro e fora da França, sem o menor motivo, aumentava impostos para se sustentar, enquanto sua população perecia na miséria, ou seja, havia a tentativa de manter o governo Imperial através de declarações de guerra e da manutenção de privilégios de uma pequena parcela da população. Era um momento histórico específico: a guerra franco-prussiana de 1870 (que comentamos anteriormente) estava ocorrendo e o exército francês sofria sucessivas derrotas e estas críticas ao poder provinham de uma republicana profundamente inspirada nas idéias de Voltaire, como ela mesma se afirmava na época ao dizer que suas crenças eram influenciadas pela convivência com seu avô1, homem adepto dos ideais da Revolução de 1789, que a criara como filha em um antigo castelo da família localizado em Vaucourt - Alto-Marne, na França. Justamente por acreditar que o Império era um retrocesso com relação às idéias de 1789, ela participou de inúmeros levantes em Paris - onde trabalhava como professora primária no bairro de Montmartre - para derrubá-lo, dentre os quais estavam o funeral de Victor Noir, que se converteu em um enorme protesto, já que o mesmo foi assassinado pelo primo de Napoleão III e a tentativa de tomada do quartel dos bombeiros do boulevard de la Villette, onde foram presos blanquistas como Eudes e Brideau. Para ela, até a educação no Império era como são as “trevas” e o ofício de professor poderia contribuir para tirá-la de tal situação e para decretar a derrocada final de uma forma de governo tão brutal. Era comum, que em suas aulas os alunos aprendessem a cantar a Marselhesa e a questionar a Igreja. Podemos perceber através desses acontecimentos que Paris tornou-se o grande centro de protestos contra o Império e a ocupação dos prussianos, que ainda não haviam invadido a cidade, mas que aproximavam-se cada vez mais dela.

Apesar de sua agitação nestes protestos, o evento em que Louise mais se envolveu, ainda antes da queda de Napoleão III, foi a proclamação da República, em 4 de setembro de 1870. Nos momentos que a antecederam a população de Paris e os republicanos, de maneira mais evidente, estavam descontentes com as sucessivas derrotas sofridas pelo exército francês na guerra franco-prussiana. Não havia preocupação, por parte do governo imperial em, nem sequer, suprir suas tropas.

A vitória das tropas francesas não ocorreu e as últimas esperanças do povo acabaram com a derrota em Sedan e a prisão do próprio Imperador pelo exército de Bismarck, Moltke e Guilherme I. A população não concordava com a possibilidade de um armistício e, ao contrário, afirmava que era essencial defender a nação do inimigo estrangeiro, o que só se daria através da instauração da República, a forma de governo que estaria em acordo com os interesses da população e da pátria. Uma multidão se levantou e se dirigiu à Câmara

Municipal para proclamá-la, afirmando que o governo imperial se renderia, mas o povo nunca. Louise Michel estava entre a multidão republicana. Com a proclamação se formou o Governo de Defesa Nacional, para garantir que Paris não fosse invadida pelos prussianos.

Amigos, temos a República. O passado sombrio vai acabar De pé, todos, a hora é heróica Forte é aquele que sabe morrer. (MICHEL, 1971, p. 78).

Apesar de alcançado o objetivo, não tardou o descontentamento com o novo governo por parte de Louise Michel e muitos de seus companheiros. Os propósitos de defender a França da invasão dos prussianos através de um governo de defesa nacional que unificasse todas as províncias logo foram deixados de lado pelo novo governo liderado por Thiers e o armistício era uma realidade cada vez mais próxima, o que era considerado uma traição pela população. Faltavam mantimentos, armas e munições para os soldados mesmo no “novo” governo. A República popular, também esperada, não se consolidou, faltava pão e a miséria era cada vez mais visível. Louise Michel passou a observar então que não era a República uma forma mais humana de governo, o mal estava no governo em si, sob qualquer forma que pudesse adquirir. O governo, para ela, seria contrário à humanidade, como já afirmavam os anarquistas desde as publicações de Proudhon em 1840.

Nada havia mudado, uma vez que as engrenagens só haviam mudado de nome; tinham uma máscara nova e nada mais. [...] O que havia afinal era uma série de bandidos que combatiam o Império: tinham entrado como esquilos na cabana onde antes deles corriam outros, movendo a mesma roda que outros tinham movido antes deles, e que outros irão mover. (MICHEL, 1971, p. 81 e 89).

Foi a partir desta percepção que ela passou a se aproximar cada vez mais das idéias libertárias e a se agrupar com membros da Internacional dos Trabalhadores de tendências anarquistas coletivistas e comunistas. A partir daí sua atividade anárquica foi cada vez mais intensa até ela se tornar uma das libertárias mais conhecidas do mundo.

Convencida de que o governo republicano estava traindo o povo francês, Louise Michel e outros internacionalistas – de tendências coletivistas, comunistas, proudhoniana e marxistas –, blanquistas e republicanos considerados radicais, passaram a se organizar para continuar defendendo a pátria do inimigo estrangeiro, negando o armistício e formando, assim, uma forte oposição ao governo instaurado em 4 de setembro de 1870. Antes mesmo do fim do Império, ela e os membros de tais tendências se encontravam em clubes para discutir diversos assuntos, como ciência, economia, política, enfim... Porém, foi durante o governo republicano que eles passaram a ser também importantes focos de organização da luta contra

suas propostas e contra o armistício. Organizavam-se aí manifestações públicas (nas quais Louise ia na frente armada), comitês de vigilância (onde ela também atuava), ambulâncias para socorro de feridos na luta contra os prussianos e até as forças de enfrentamento direto (como um outro exército, do qual Louise fazia parte). A Guarda Nacional, formada por membros saídos dos arrondissements (subdistritos) e eleitos pelo corpo eleitoral do bairro em que estivesse sediado cada batalhão, não havia se rendido e, assim como a maior parte da população de Paris, afirmava que o armistício seria uma traição. Em uma das reuniões dos grupos que resistiam ao que eles entendiam como traição decidiu-se, em fevereiro de 1871, por se formar um Comitê Central eleito livremente e composto por três delegados de cada distrito da cidade, sem distinção de grau. A Federação da Guarda Nacional, formada a partir daí, era composta pelo Comitê Central, pela Assembléia Geral dos Delegados, pelos círculos de batalhão e pelos conselhos de legião.

Essa organização federal era, para Louise Michel e seus companheiros coletivistas, comunistas e proudhonianos, uma das expressões da organização anarquista que acreditavam ser fundamental para a Revolução Social e para a organização da sociedade livre. Assim, lutar contra o armistício e contra o governo republicano significava lutar pela construção da sociedade libertária que eles almejavam construir.

Em uma das manifestações contrárias as medidas do governo a população, de variadas tendências político-ideológicas, foi até a Câmara Municipal e entregou ao general Trochu e aos ministros Jules Favre e Jules Simon um documento que exigia a demissão do governo e a instauração da Comuna. O que evidentemente não ocorreu. As reuniões livres nos clubes, no entanto, não pararam de ocorrer, apesar das perseguições do governo, do fechamento de clubes e jornais e impedimentos de reuniões. Organizava-se uma força armada para decretar a Comuna na cidade de Paris. Os jornais fechados pelo governo foram substituídos por cartazes que informavam sobre movimentações e reuniões. Aliás, durante os meses que se seguem, em que a Comuna existiu e resistiu, a população parisiense se comunicava, organizava ações e a própria vida cotidiana da cidade, através desses cartazes. Os acontecimentos também eram quase que imediatamente divulgados através deles.

Chegavam [para as reuniões livres] todos entre as cinco e seis horas da tarde; resumia-se o trabalho efetuado durante o dia e aquele que havia a fazer para o dia seguinte; conversava-se até o último minuto e, às oito horas, cada qual partia para o seu clube respectivo (MICHEL, 1971, p. 99).

Em março de 1871 os prussianos avançavam em direção à Paris e a população da cidade resistiu destituindo o governo republicano e convocando as eleições para declarar a

Comuna. Blanquistas, republicanos radicais e membros de outras correntes que se colocavam contra o armistício afirmavam-na como possibilidade de vencer inimigo estrangeiro, e anarquistas, como Louise Michel, colocavam-na como meio de luta revolucionária capaz de derrubar a sociedade capitalista, os governos e as classes sociais de uma vez por todas, o que seria, se organizada de maneira livre e federada e como uma união de produtores, o cerne da sociedade anárquica. Nesse momento há uma ruptura total de Paris, como dissemos, com o governo republicano com sede em Versalhes, formando-se outra organização social dentro da mesma França Republicana – a Comuna foi decretada em 28 de março, após sua votação em 26 do mesmo mês.

A proclamação da Comuna foi qualquer coisa de fantástico e de extraordinário. Não era a festa do poder, mas a pompa do sacrifício: sentia-se que os eleitos estavam prontos para morrer. Na tarde de 28 de Março, uma tarde cheia de sol, que lembrava a aurora do 18 de Março, ou a do 7 Germinal do ano 79 da República, o povo de Paris que votara na Comuna, entrou triunfalmente no edifício da Câmara. Havia um mar humano debaixo de armas; as baionetas pareciam espigas de um campo; ouviam-se os tambores de Montmartre. (MICHEL, 1971, p. 167).

O povo, soldados, exército e marinha entraram no edifício da Câmara Municipal com bandeiras e faixas vermelhas e com o busto da República aos gritos de “Viva a Comuna!”

Se algum poder podia fazer qualquer coisa, esse poder era o da Comuna, constituída por homens inteligentes e cheios de coragem, com uma honestidade inacreditável; homens que tinham dado, desde sempre, provas de uma devoção e de uma energia incontestáveis. Mas o poder deixou-lhes apenas vontade para o sacrifício; souberam morrer heroicamente. O poder é maldito e é por isso que sou anarquista. (MICHEL, 1971, p. 168).

Após a proclamação, os federados tomaram uma série de medidas, dentre as quais Louise destacava: a abolição dos cultos e a proibição da venda de objetos Mont-de-Pieté; a confiscação de bens de raiz; a instituição de pensão para federados feridos na guerra contra os prussianos (revertida aos filhos ou a mulher em caso de morte do mesmo); pensão alimentar às mulheres separadas com provas válidas; abolição de processos, interdição de investigações sem mandato regular; proibição de acumulação de empregos e fixação de ordenado máximo em seis mil francos anuais; pagamento aos membros da Comuna de quinze francos por dia; organização de um tribunal civil; aquisição, por sociedades do trabalho, de oficinas abandonadas; pagamento de dois mil francos para os professores; derrubada da Coluna de Vendôme (erguida em homenagem a Napoleão); proibição de multas nas oficinas; abolição de discursos políticos e profissionais e fim das execuções dos prisioneiros feitos por Versalhes. Tais medidas estavam em acordo com aquilo que pensava esta libertária. Para ela, o que havia

era um governo de produtores livremente organizado e autogerido, o que significava poder descentralizado, no entanto, ela ressaltava que o Banco da França deveria ter sido expropriado e sua renda coletivizada pela Comuna, o que não ocorreu. Ele foi administrado de maneira tradicional e não se tornou propriedade social.

Os primeiros dias da Comuna foram prósperos: as artes e as ciências (astrologia, química, meteorologia, embriologia, elétrica) se desenvolveram fortemente, porque os federados, como eram chamados os participantes da Comuna, permitiam aos cientistas e artistas trabalharem só com isso, sem terem que fazer outros trabalhos; os museus e jardins públicos foram abertos. Esses federados se esforçavam para manter a economia, a produção e a vida social, o que esbarrava em inúmeras dificuldades devido a falta de gêneros alimentícios e de primeira necessidade em uma cidade já devastada pela guerra. O governo comunal era formado por representantes dos vinte subdistritos, escolhidos pelo povo – eram quase setenta delegados.

Versalhes não demorou a atacar Paris e, para defender os princípios libertários que Louise vê implantados na Comuna, ela continuou a atuar nas frentes armadas. Era muito comum a participação das mulheres na Comuna de Paris, porém, a maioria delas atuava nas barricadas ou ambulâncias, Louise, por outro lado, colaborava com o socorro às vítimas e às barricadas (ela trabalhava na “Seção da Pátria em Perigo”, na comissão de vigilância de Montmartre e nas sociedades de socorro), mas dedicava-se de maneira intensa à luta armada no 61º Batalhão de Montmartre, corpo do exército de Eudes, como soldada. Inclusive ela chegou a relatar que nos dias de luta de 1871 raramente vestia-se com saias e vestidos, ao contrário, são comuns suas fotos, na iconografia da Comuna, com uniforme militar da Guarda Nacional e seus relatos sobre a utilização de uma espingarda e uma carabina. Seu Batalhão, mesmo em número cada vez mais reduzido durante os meses de enfrentamento, resistiu durante todas as investidas do exército prussiano e do governo de republicano. Em maio eram poucos os federados sobreviventes, mas eles ainda tentavam resistir. “Nem era o medo de morrer, nem o de matar que dominava o pensamento, mas sim o ideal realizável através de uma luta armada” (MICHEL, 1971, p. 190).

[...] Algumas granadas explodiam a intervalos regulares; dir-se-ia as badaladas de um relógio, o relógio da morte. Naquela noite clara, embriagada pelo perfume das flores, os mármores pareciam-me vivos [os federados encontravam-se no cemitério de Père Lachaise, um dos últimos redutos da resistência]. Andávamos em investigações e a granada regular caía constantemente, as outras variavam. Quis regressar sozinha. Dessa vez, a granada, ao cair perto de mim, através dos ramos,

cobriu-me de flores. Foi junto do túmulo de Mürger. A figura branca, lançando sobre um túmulo flores de mármore, produzia um efeito encantador. [...] Ao regressar para junto de meus camaradas, perto do túmulo sobre o qual está deitada a estátua de bronze de Cavaignac, oiço-lhes esta recomendação: Desta vez, não sai mais daqui. Fico ao pé deles. Das janelas de algumas casas partem os tiros. Suponho que chegou o dia. Temos mais feridos por causa das granadas. O grupo reduz-se. Eis o ataque; são preciosos reforços. Enquanto se põe a questão de quem deverá vir, eu já estou longe, tendome esgueirado por um buraco do muro. (MICHEL, 1971a, p. 60).

Ela ainda participou incessantemente de barricadas em Montmartre até o fim definitivo da Comuna. Para Louise e seus companheiros anarquistas da Comuna, a consolidação de uma Comuna Livre através da luta armada seria a possibilidade de construir uma sociedade nova, comunista e igual para homens e mulheres. Só assim ambos poderiam viver em plena liberdade, igualdade e em solidariedade e apoio mútuo, unindo-se livremente para maior desenvolvimento individual e, conseqüentemente, coletivo (já que para ela o indivíduo desenvolve sua personalidade em contato com a comunidade de indivíduos, que só podem ser verdadeiramente livres e felizes em comunidade). Essa seria a possibilidade de libertação de homens e mulheres, através da destruição total dos governos e das classes sociais e sem distinção de qualquer tipo, ou seja, a sociedade em que cada indivíduo poderia e deveria ser livre “dentro do princípio da livre união”, como ela mesma afirmava. Seria, então, a forma de libertação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, pautados nos princípios de solidariedade e união.

Apesar dos esforços de anarquistas, blanquistas, republicanos e socialistas unidos pela Comuna ela foi intensamente atacada por Versalhes e pelas tropas prussianas. Balas de canhão, fuzilamentos e prisões eram recorrentes e o que se via por Paris era um verdadeiro banho de sangue. A própria Louise Michel relatou que por toda parte viam-se corpos, seja nas ruas, valas comuns ou no rio Sena. Desde a entrada das tropas do governo pela porta de Saint-Cloud, Anteuil e Passy em 21 de maio de 1871 foram sete dias de resistência quase heróica dos federados (empenhados na luta armada e em erguer barricadas), já em número muito reduzido, até a derrocada total dessa experiência de luta por direitos, justiça e vida feita pelo povo, como afirmava esta libertária. “A Comuna estava morta, sepultando com ela milhares de heróis desconhecidos” (MICHEL, 1971a, p.75).

Louise conseguiu esconder-se após a queda definitiva da Comuna, mas sua mãe foi presa e, por isso, ela resolveu entregar-se em troca da sua soltura. Foi enviada para a prisão de Sartory, onde acreditava que seria fuzilada. No entanto, isso não ocorreu e, com um grupo de

mulheres foi enviada à prisão de Chantier para aguardar seu julgamento definitivo. As filas de prisioneiros eram imensas, todos eram levados para as prisões a pé para que a população pudesse observar o que ocorria com aqueles que se opunham ao governo. Nesta última prisão ela era considerada uma das piores presas por ter atirado na cabeça de um oficial a garrafa de café que sua mãe conseguira lhe mandar; por fazer caricaturas na parede dos visitantes da prisão e por reivindicar que as mulheres burguesas, que apoiavam Versalhes, não fossem fazer caridade na prisão para não “emporcalhar a Comuna” (MICHEL, 1971a, p. 105). Justamente por isso, foi enviada ao correccional de Versalhes com outras trinta e nove mulheres, consideradas também de péssimo comportamento.

No correccional, o regime das quarenta piores foi singularmente abrandado: deram-nos autorização para tomarmos banho, forneceramnos roupa branca [até então as mulheres vestiam a roupa do corpo desde que foram presas] e permitiram a visita dos familiares. (MICHEL, 1971a, p. 106).

Do correccional foi enviada para a prisão de Arras, onde permaneceu até seu julgamento, em dezembro de 1871. Havia para os prisioneiros três tipos de penas possíveis: deportação com prisão em fortificações; trabalhos forçados e deportação comum. Louise Michel foi condenada por luta armada em movimento insurreccional pelo Conselho de Guerra de Versalhes e sua pena foi a primeira das três possibilidades e foi enviada à Nova Caledônia, um conjunto de ilhas, colonizadas pelos franceses a seiscentas léguas da Austrália. Dentre os presos e condenados havia também crianças de oito a quinze anos de idade, que tiveram pais federados.

Na prisão, apesar dos padecimentos físicos, da pouca comida e vestuário e dos maus tratos dos carcereiros, ela continuou a lecionar para os filhos dos deportados e para os nativos, fez também diversas observações da natureza, podendo estudar na prática várias espécies de insetos e plantas que não existiam na Europa e aprendeu vários dialetos locais.

A anistia só ocorreu em 1880 e Louise passou o restante de sua vida participando de movimentações (como greves e manifestações de desempregados), e dando conferências (onde propagava os ideais anarquistas, escrevendo peças teatrais e poesias que tinham como principal objetivo a propaganda anarquista. Morreu em 10 de janeiro de 1905. Seu corpo foi levado à Paris, para o cemitério de LevalloisPerret, onde estava enterrada a sua mãe, sua amiga Maria Ferré e Théophile Ferré, único homem pelo qual se apaixonou e que viu ser fuzilado em 1871, logo após o fim da Comuna. Seu pensamento influenciou e ainda influencia



inúmeros (as) anarquistas de todo o mundo.

Através da vida e dos pensamentos de participantes da Comuna de Paris de 1871, como a libertária que aqui conhecemos, podemos perceber que não se pode pensá-la como uma junção quase que aleatória e desconexa de tendências político-ideológicas sem a menor coesão e, por isso, vencida. Ela não foi vencedora nem vencida, foi, na verdade, uma experiência de sujeitos históricos, como Louise Michel, que, embora não compartilhassem princípios teórico-filosóficos, compartilharam, antes de tudo, sonhos de construir uma nova forma de viver e organizar a sociedade, seja legitimando um governo republicano ou lutando por um governo científico, seja lutando pela construção de uma federação livre de produtores com meios de produção e terra comuns ou coletivos. Por isso, suas memórias devem ser levadas em conta quando buscamos entender e contar suas histórias. A memória de seus sujeitos constitui a história da própria Comuna de 1871, cuja relevância histórica é indiscutível justamente por sua construção popular.

[...] No fundo da minha memória esses acontecimentos existem gravados como quadros vivos, onde passam milhares de existências humanas desaparecidas para sempre. (MICHEL, 1971, p. 192).

Para compor a história da Comuna de Paris no presente texto utilizamo-nos das memórias da própria Louise Michel sobre esse período, do qual ela foi participante ativa. “A Comuna 1” (1971) e “A Comuna 2” (1971a) foram publicados originalmente com o nome de “La Commune: Histoire et Souvenirs I e II” em 1898 e contém os relatos desta libertária desde os acontecimentos que levaram a proclamação da Comuna até sua lutas, percepções e sentimentos com relação a ela ao longo de seus dois meses de duração e no período que se sucedeu (prisão, deportação e anistia). Somados a “Mis recuerdos de la Comuna” (1973), sua edição espanhola, e as suas cartas, enviadas a Victor Hugo, constituem-se de importantes fontes históricas escritas pelos próprios autores da Comuna de 1871, seus sujeitos históricos.

## **Referências**

- BOYER, Irma. Luisa Michel – la virgen roja. Buenos Aires. Ed.Futuro, SRL, 1946.
- MICHEL, Louise. A Comuna 1. Lisboa. Editorial Presença, 1971. \_\_\_\_\_. A Comuna 2. Lisboa. Editorial Presença, 1971a.
- \_\_\_\_\_. Cartas a Victor Hugo. Vinhedo – São Paulo. Ed. Horizonte, 2005.
- \_\_\_\_\_. Mis recuerdos de la Comuna. México. D. F. Siglo Veintiuno editores as, 1973.